



PREVENÇÃO E COMBATE AO CÂNCER DE MAMA

Em conjunto, ANS, entidades médicas e Femama elaboram critérios de boas práticas nas linhas de cuidados oferecidas pelos planos de saúde

Os critérios de qualidade que deverão compor o rastreamento populacional para o câncer de mama na assistência oferecida pelos planos de saúde incluirão o rastreio individualizado entre mulheres de 40 anos e 74 anos, segundo indicação médica, mediante decisão compartilhada e consentimento livre e esclarecido da paciente. Acima dessa idade limite superior, o rastreamento deve ser individualizado, de acordo com a expectativa de vida da população feminina.

Essa definição e outras foram alcançadas em reunião realizada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na segunda-feira (24), quando a autarquia e representantes de entidades médicas com interesse específico na assistência à mulher debateram o tema. Juntos, todos buscaram parâmetros para o indicador de boas práticas na linha de cuidado de câncer de mama dentro do Programa de Certificação de Boas Práticas em Atenção Oncológica (Oncorede).

Entre os outros critérios de qualidade acordados consta a previsão de que mulheres beneficiárias de planos de saúde serão alvo de uma busca ativa bienal (a cada dois anos) promovidas pelas operadoras visando o rastreamento do câncer de mama para o segmento de 50 anos a 69 anos.

Ficou alinhado ainda que beneficiárias com risco aumentado para o câncer de mama, de qualquer idade, poderão ser atendidas em rastreamento individualizado para a doença oferecido por operadora de plano de saúde, conforme indicação médica e consentimento livre e esclarecido da paciente.

Os participantes da reunião ainda estabeleceram que as regras do Programa de Certificação devem deixar claro que nenhuma operadora (certificada ou não) poderá negar o acesso ao exame de mamografia solicitado por médicos.

Por sua vez, as entidades de especialidades se comprometeram a orientar os profissionais a preencherem as guias da TISS (Troca de Informação em Saúde Suplementar) usadas para internações e serviços de apoio diagnóstico terapêutico (SADT). Isso permitirá a identificação e a análise de dados sobre a incidência de doenças como o câncer de mama na saúde suplementar. Além disso, alinhou-se que a recomendação brasileira de rastreamento para o câncer de mama publicada pelas entidades envolvidas na discussão em 2023 será incluída na base teórica do documento norteador do Programa de Certificação. A representação da ANS no encontro reiterou que os ajustes não trazem alteração na cobertura obrigatória dos planos de saúde. Para a Agência, a cobertura para mamografia bilateral é obrigatória, sem limitação de idade, e tem que ser realizada sempre que houver indicação do médico assistente. De forma complementar, pontuou também que a participação das operadoras de planos de saúde no programa de certificação é voluntária.

Para entidades médicas participantes da reunião, com isso foi superado- pelo menos em parte - o impasse surgido a durante a Consulta Pública nº 144, realizada pela ANS entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025. Na avaliação dos especialistas, aquela proposta fragilizava a prevenção ao câncer de mama para mulheres com menos de 50 anos e mais de 74 anos.

Entende-se que o consenso obtido representa um importante marco na construção de políticas públicas de saúde para prevenir e combater o câncer de mama, considerado o tipo mais comum em mulheres no Brasil, depois do câncer de pele não melanoma, sendo a primeira causa de morte por conta de neoplasias junto à população feminina.

Com uma taxa de incidência de 41,89 casos por grupo de 100 mil mulheres, estima-se que entre 2023 e 2025, o Brasil registre 73.610 novos casos de câncer de mama. Dados de 2021, apontam uma taxa de mortalidade de 11,71 óbitos por 100 mil mulheres, com destaque para as regiões Sul e Sudeste.



Destaque-se que 44% dos casos e 22% das mortes decorrentes do câncer de mama afetam mulheres abaixo dos 50 anos. Além disso, 34% das mortes acontecem acima dos 70 anos, onde há um percentual maior de diagnóstico avançados comparativamente à população na faixa etária de rastreamento. Para as entidades, esses índices mostram que o câncer de mama acomete um percentual maior de mulheres mais jovens no Brasil comparativamente à Europa e Estados Unidos. Também sugerem que o diagnóstico precoce é importante em mulheres mais idosas.

A reunião contou com a presença do diretor de Desenvolvimento Setorial da ANS (DIDES), Maurício Nunes, e de representantes do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR), Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM), Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC) e Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo). Também participaram especialistas da Associação Médica Brasileira (AMB), Conselho Federal de Medicina (CFM) e Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama).

Ao todo, a ANS informa que segue com a análise das 66 mil contribuições recebidas na Consulta Pública 144 e que divulgará o relatório final tão logo o processo seja concluído.